



Catarina Frade
Professora auxiliar da FEUC

objetivo de investigação

O BUpi é uma plataforma onde os cidadãos podem efetuar, online ou em balcões de atendimento, de forma gratuita, a delimitação dos seus terrenos. Este projeto de cadastro da propriedade rústica arrancou em 2017, em 10 municípios-piloto. Na avaliação do piloto analisou-se a interação dos cidadãos com o BUpi, a fim de conhecer as dificuldades e as melhorias que tinham sentido com a experiência. Essa interação foi traduzida em mapas de percurso (Journey maps, como na figura) que ajudaram os responsáveis do BUpi a identificar aspetos importantes para a expansão nacional em curso.

Investigação interdisciplinar em Direito

●●● Ser jurista numa faculdade de economia como a FEUC, dotada de um corpo de docentes e investigadores com diversas formações disciplinares, tem tanto de desafiante, como de estimulante.

Na minha investigação sobre as questões do direito e da justiça relacionadas com a economia e a sociedade tenho privilegiado, sempre que possível, o diálogo e o trabalho em abordagens, metodologias e equipas interdisciplinares. São bons exemplos dois estudos que coordenei para o Ministério da Justiça sobre duas medidas de política: o Tribunal Resolve e o BUpi – Balcão Único do Prédio.

O projeto Tribunal Resolve destinou-se a testar um conceito de tribunal que combinasse a atividade judiciária com a maior acessibilidade a outros serviços da Justiça e da Administração Pública, tirando partido, nomeadamente, das TIC. O trabalho de diagnóstico das necessidades de serviços de justiça e de definição de uma resposta judicial de proximidade para os cidadãos implicou



uma equipa pluridisciplinar da FEUC e do Centro de Estudos Sociais que teve de começar por estabelecer uma linguagem comum e uma articulação de metodologias para conseguir produzir uma leitura holística e integrada do problema em análise.

Já o estudo em torno da iniciativa BUpi procurou caracterizar a experiência dos cidadãos de alguns municípios com o processo de localização e delimitação das suas propriedades rústicas numa plataforma digital. O processo de georreferenciação do BUpi pode ser feito online ou através de balcões físicos

situados nos municípios. A recolha e análise das interações dos cidadãos utilizadores com o serviço, ajudou a Estrutura de Missão do BUpi a desenhar um plano de comunicação da iniciativa mais eficaz para a atual fase de expansão a vários municípios do Norte e Centro do país. Investigadores de diferentes áreas científicas coordenaram-se para interpretar os dados de execução da iniciativa-piloto, de modo a identificar os bloqueios e os elementos facilitadores, tal como eles se manifestaram nas realidades locais.

Em ambos os estudos, pretendeu-se uma análise

se multidimensional que considerasse em especial as experiências – necessidades, expectativas e frustrações – dos destinatários diretos dessas iniciativas públicas, iniciativas inseridas no movimento de digitalização da justiça. A realização de entrevistas individuais (algumas transformadas em mapas de percurso que retratam a interação dos cidadãos com o serviço público em causa) e de grupos de discussão com atores locais forneceram elementos informativos valiosos que ajudaram a aperfeiçoar e até reconfigurar as iniciativas que haviam sido concebidas em sede ministerial.

Investigar numa faculdade e num centro de investigação onde convivem múltiplos saberes e distintas metodologias tem sido, pois, deixar-me levar, com naturalidade, para uma abordagem cada vez mais interdisciplinar do direito e da justiça.

clique aqui
veja aqui
o vídeo
da entrevista

